

## INFOMES DA AG

Assembléia Geral realizada na 2ª feira, 17/06, às 9 horas. Presentes: 214

1. Aprovada a avaliação do Comando Local (editorial do Boletim de Greve nº7) com 4 votos contra e 2 abstenções.

2. Propostas aprovadas:

2.1 Solicitar da ANDES/CNG informações sobre as seguintes questões:

a. Por que até o momento não foi desencadeada a campanha publicitária?

b. Por que a ANDES não se manifestou em nota oficial em resposta à atitude do Ministro da Educação de se retirar da reunião com o CRUB no momento em que o representante da ANDES se pronunciava?

2.2 Recomendar ao CNG que solicite aos partidos políticos com programas marcados para os próximos dias espaço para denunciar a atitude do ministro Chiarelli e do governo Collor em relação à Universidade.

2.3 Promover uma manifestação junto com servidores, alunos e Escola Técnica Federal, quando da visita do ministro Chiarelli à Paraíba no dia 20/06.

3. Nova ASSEMBLÉIA GERAL, 3ª feira, dia 25/06, às 09:00 horas, com possibilidade de convocação extraordinária.



-Fernandinho, vê se não aperta muito, que o cinto já não tem mais furo...

-Não adianta, comigo é nó cego!!

# AGENDA DA GREVE

comando de greve professores ufpb - joao pessoa  
AGENDA nº 01 - 18 junho 991 - ESTAMOS EM GREVE





### Editorial

A AGENDA da Greve surge diante da necessidade de divulgarmos notícias de forma mais ágil, tanto no que se refere a informações urgentes provenientes do Comando Nacional de Greve, como na parte relativa a eventos programados pelo nosso Comando Local. O Boletim da Greve passará a ser distribuído às terças e quintas feiras e a AGENDA circulará nos outros dias úteis da semana, sempre que se fizer necessário.

## debate

na quarta

dia 19/06 - ANÁLISE  
DE CONJUNTURA

debatedores: Grupo de Análise de Conjuntura do  
SENACONSUL de Estudos e Pesquisas em  
Políticas de CCHLA

dia 26 - A POLÍTICA  
EDUCACIONAL DO  
GOVERNO

debatedores: JOMAR NEVES e Prof. História

a partir das 9.00h na  
sala 402 do CCHLA

promoção  
Grupo de Estudantes  
do CCHLA

HOJE, 18/06,

Auditório da Reitoria,

Às 09:00 horas

## DEBATE

"A SAÚDE HOJE NO ESTADO  
DA PARAÍBA"

participação de entidades sindicais  
e instituições ligadas à área da  
Saúde.

Promoção: Coordenação Unificada  
dos Comandos de Greve dos  
Funcionários e professores/UFPB.

## Audiência

Estamos tentando agendar uma audiência com o Ministro Chiarelli na próxima quinta-feira, aproveitando sua passagem por João Pessoa.

O local e a hora, ainda não confirmados, serão divulgados na próxima AGENDA.

## CR

O Conselho de Representantes apoia a viabilização do ato público quando da visita do Sr. Ministro à João Pessoa.

## REUNIÃO DO CCEN

4a. feira 19/06

9.00h

Aud. Biologia

tema

\* SUPRIMENTO DE ÁGUA E ENERGIA  
ELETRICA NO CAMPUS I  
convidado: Eliomar da Silva Santos/Prefeito  
do Campus Universitário I  
\* AQUISIÇÃO DE MATERIAL E OUTROS  
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS  
convidado: EDUARDO BELTRÃO/Pro-Reitor I

## REUNIÕES NOS CENTROS

CT	18/06 - 3ª, 8:30 horas - pátio da Cantina
CCEN	19/06 - 4ª, 9:00 horas - Aud. Biologia
CCS	19/06 - 4ª, 9:00 horas - Pátio Cantina
CE	19:00 - 4ª, 9:00 horas - Sala 202
CCHLA	19:00 - 4ª, 9:00 horas - Sala 401

## Manifestação

Vamos nos reunir em frente a DEMEC em protesto a atual política educacional do Ministério e do Governo, nesta quinta-feira.





**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

CT 9:00 horas

**6ª FEIRA 21/6**



NESTA QUINTA, 20/06/91.



**GOVERNO ANUNCIA SUPERAVIT:**  
- Isso vai para cobrir "nossa" previdência .

# AGENDA DA GREVE

comando de greve professores ufpb - joao pessoa  
AGENDA nº 02 - 19 junho 91 - ESTAMOS EM GREVE





## Comentários sobre o telex nº 10 do CNG

Estamos reproduzindo, como suplemento desta Agenda, o Telex nº 10, recebido ontem à tarde, do CNG dos docentes das IFES em Greve. O Comando Local de Greve acha importante comentar e esclarecer alguns pontos do mesmo, deixando claro que não se trata de uma avaliação, o que será feito no Boletim nº8 a sair amanhã, 20/06. Ao mesmo tempo convoca uma Assembléia Geral para sexta-feira, dia 21/06, as 9 horas, no Auditório do CT, para discutir e deliberar sobre os fatos que estão ocorrendo ao longo desta semana.

No Telex nº 10 há referência a uma tabela (numerada de 3.1) contida no telex anterior, onde foram apresentadas diversas tabelas com simulações de várias alternativas de aumento. Aquelas tabelas, com exceção da que recebeu o número 3.1, ficaram ultrapassadas, como fator de negociação, após a audiência com SENESU, às 17 horas

da segunda-feira (dia 17/06) e por isso não as estamos publicando. Naquela audiência o MEC reconheceu as distorções de sua proposta original e apresentou uma outra que não sabemos se oficial do governo ou oficiosa do MEC. Esta nova proposta incorpora os "steps" de 5% entre os níveis e tem como piso para o Auxiliar 1, 20 horas, a remuneração de Cr\$69.884,52. O CNG está propondo como contra-proposta a Tabela que recebeu o número 3.1. A explicação para a construção destas tabelas encontra-se no texto do telex.

É preciso que tenhamos bem claro que, do ponto de vista de nossas reivindicações, estas tabelas não traduzem recomposição salarial, mas apenas a correção de distorções da tabela salarial do Magistério das IFES, conforme item 1.4 de nossa pauta reivindicações. Portanto elas não devem ser consideradas como peças definitivas nas negociações, especialmente no que se refere

a nossa luta com o restante dos Servidores Públicos Federais por um índice único de reajuste.

O CNG solicita que as Assembléias locais se manifestem sobre a proposta que se pretende apresentar ao MEC. Esta proposta refere-se a uma das vertentes de nossa luta, já mencionadas em Boletim anterior : a da ação específica enquanto servidores de Instituições de Ensino Superior.

Uma avaliação completa, que contemple também nossas relações com o restante dos SPFs, só poderá ser feita após o conhecimento dos resultados da audiência com o ministro da Justiça, prevista para ontem à tarde, e sobre a qual, até o fechamento desta Agenda, não tínhamos qualquer relato.

COMANDO LOCAL DE GREVE





## AVALIAÇÃO DO CNG

1. Na rodada de negociação entre SENESU/MEC, ANDES e FASUBRA, de 19/jun., ficou claro que o MEC manteve a sua proposta apresentada na 2a. feira, 17/jun., a qual aceita a proposta da ANDES de metodologia de construção da tabela que mantém a estrutura da carreira. Entretanto, esta proposta mantém o Irregular piso de Cr\$ 69.864,00 para Auxiliar 1, 20 horas, e de Cr\$46.412,00 para o professor A1, 20 horas de 1o. e 2o. graus.

2. Ante o questionamento da ANDES sobre Dedicção Exclusiva de 50% para o 1o. e 2o. graus, o Secretário da SENESU manifestou-se pessoalmente a favor. No entanto, transferiu essa decisão para o âmbito da SENET -Secretaria Nacional da Educação Técnica.

3. A nossa greve e a força do movimento demonstrada no número de IFES paralisadas e com as manifestações promovidas pela caravana no Congresso e no MEC, trazem repercussões que incomodam o MEC. Neste sentido, o CNG não descarta a possibilidade de que o MEC venha a apresentar uma contra-proposta.

4. Mantidas as duas frentes de luta negociação com o MEC e mobilização com o conjunto dos SPFs pela derrubada da MP 296 e pelo reajuste emergencial e linear para o funcionalismo público federal - o CNG considera fundamental a manutenção forte e coesa da greve.



Ajudem um pobre professor titular, com doutorado a fazer a feira.



# AGENDA DA GREVE

comando de greve professores ufpb - joão pessoa  
AGENDA nº 03 21 junho 1991 - ESTAMOS EM GREVE



**CNG-ANDES  
FAX/TELEX 013**

**INFORMES:**

1. Reunião ANDES, FASUBRA, ANDIFES. Presentes: Reitores Vanessa, Gulmarães, Antonio Ibañez, Hilton (CEFET-MG); ANDES-SN: Baldijão, Carapeto (Diretoria), Scherer (ADUFRGS), Laura (APUH); FASUBRA: Vânia, Flávio, Lobão.

Tema da reunião era o Informe da ANDIFES sobre sua audiência com Jarbas Passarinho, quando o mesmo teria se apresentado muito menos receptivo a uma perspectiva de reajuste emergencial que se aproximasse minimamente da pauta dos docentes/técnico-administrativos. Afirmou que a proposta de Chiarelli (tabela divulgada fax/telex no. 9) traria impacto financeiro de cerca de Cz\$ 10 bilhões mensais e que há resistência na área econômica. Para os reitores, estamos em momento decisivo nas negociações e o MEC tem limitações para negociar. FASUBRA e ANDES-SN reafirmaram a inaceitabilidade das propostas do MEC, disposição de luta e caráter forte do movimento de greve.

**2. CARAVANAS E  
MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS**

Confirmaram-se as previsões sobre o número de docentes e técnico-administrativos presentes hoje em caravanas em Brasília.

**Ocorreram:**

a) Ato público na rampa do Congresso; caminhada que incluiu abraço no Congresso Nacional (duas voltas).

b) Passeata na Esplanada dos Ministérios.

c) Manifestação no pátio do MEC, como forma de pressão durante a audiência com a SENESU. Repetiu-se aqui o "abraço" em defesa da Universidade pública.

Mais de 1200 docentes e técnico-administrativos participaram das atividades, dirigidas pelos CNGs da ANDES-SN e FASUBRA.

d) Foi aprovada a seguinte programação de atividades para as caravanas dia 20/06: 09:30h, Concentração; 10:00h, partida para o Congresso Nacional. Pressão sobre os parlamentares no sentido da rejeição da MP 296; 15:00h, Ato Público no MEC, em apoio às Comissões de Negociação em audiência com a SENESU; 17:00h, Ato no Auditório Petrólio Portela (Senado Federal). Reunião dos docentes presentes em Brasília ("Assembléia") em horário e local a estabelecer.

**3. PRONUNCIAMENTO DAS AGs SOBRE ELABORAÇÃO DE CONTRAPOPOSTA DO CNG ANDES-SN ao MEC (Item 1.4 da pauta).**

**Quadro consolidado até hoje:**

a) AGs que admitem a tabela 3.1: ADUFAL, ADFMTM, ADUFMS, ADUFG, ADUFOP, ADUFPEL, APUB, ADUFMAT, APUFPR, ADUFSCAR, APES-JF, ADUFPB-CG, ADUFPA, ADUFERPE, ADUFSE, ADUFCE, ADUFPB-JP, ADUFRGS, ADUFF.

b) AGs que rejeitam a tabela 3.1: ADUFEPE, ADFUNREI, ADUFES, ASPUV, ADUR-RJ, APUBH, APUFSC, ADUFRJ.

c) AGs que deliberam dar poderes ao CNG para negociar a questão específica: ADUFRN, APES-JF, ADUFAL, APUB, SEDUFSM, ADUFPB-CG, ?

d) Tem outras propostas de tabelas: ADUFEPE, ADUFF, ADFUNREI,

ADUFES, ADUR-RJ, ADUFRJ, APUBH, APES-JF.

ATENÇÃO: Há AGs que deliberam por mais de uma alternativa e, portanto, aparecem citadas mais de uma vez.

**4. INFORME DA AUDIÊNCIA SENESU/ANDES/FASUBRA (4a. feira, 19/jun).**

A audiência foi aberta com uma fala inicial de Baldijão sobre os seguintes itens:

1. O resultado das AGs rejeitaram unanimemente a proposta apresentada pelo MEC;

2. Foi enfatizada a necessidade de manutenção das carreiras de docentes e TAs conquistadas no PUCRCE;

3. Que o CNG não concorda com os limites de 30% de impacto na folha, como o Secretário reitera inúmeras vezes, quando mesmo na MP 296 algumas carreiras obtiveram o reajuste de até 144%.

4. Que as AGs consideram que não houve nenhuma proposta de caráter emergencial, apenas concretização de acordo feito em nov./90;

5. As propostas já enviadas pelas AGs apontam valores não inferiores a Cr\$ 120.000,00 para Professor Auxiliar 1, 20 horas;

6. Que o CNG reafirma que a questão de 50% de DE para o 1o. e 2o. graus deve ser atendida;

7. Que estamos em greve há 10 dias, e que a greve é forte e com grande disposição de luta para manter-se e expandir-se.

Baldijão ao ser questionado pelo Secretário se o valor de Cr\$ 120.000,00 como piso refere-se a um reajuste emergencial ou geral, disse que

este é emergencial e que sobre ele deverá incidir o reajuste geral do funcionalismo.

A FASUBRA entregou documento contendo avaliação e crítica sobre as suas propostas do MEC para os TAs e manifestou que os servidores TAs consideram-nas inaceitáveis por reduzirem salários, desestruturar a carreira, reduzir steps.

Frente às colocações da ANDES/CNG e da FASUBRA, Thompson respondeu o que se segue:

1. Que existem duas situações diferenciadas: para os docentes a divergência se refere a uma aplicação de índice de reajuste e para os funcionários a divergência se refere a reestruturação de tabela e também a índice de reajuste.

2. Se comprometeu a elaborar um estudo sobre o impacto da folha com a hipótese de um piso de Cr\$ 120.000,00 para os docentes e analisar o documento da FASUBRA com o respectivo impacto.

3. Considera fundamental que possamos avançar nas negociações(?) sem deixar de reiterar os limites de repercussão na folha, 30% com os quais está autorizado a trabalhar.

4. Pessoalmente, é plenamente favorável à 50% de DE para o 1o. e 2o. graus mas que esta questão não é de sua Secretaria e sim da SENET.

5. Que concorda em estar novamente em audiência com ANDES e FASUBRA na 5a. feira, 20/jun., às 15:00 horas, para apresentar sua proposta em relação às reivindicações com base nos estudos.







Comando de greve professores ufpb - João Pessoa  
AGENDA nº 04 - 26 junho 91 - ESTAMOS EM GREVE

# AGENDA DA GREVE

FAX/TELEX no. 020 /CNG ANDES-SN/91

## Audiência com Ministro Passarinho:

O Ministro abriu a reunião afirmando que tinha encaminhado à Secretaria da Administração Federal (SAF) e ao Ministro da Economia o documento que lhe foi entregue no dia 21/06. O Ministro entregou às entidades cópia da resposta da SAF, informando que o Ministro ainda não respondeu.

O Ministro referiu-se aos encaminhamentos que estão sendo dados, no âmbito do governo, para resolver a questão salarial relativa ao MEC, aos Ministérios do Trabalho e Previdência e da Saúde.

Quanto ao MEC, ele informou que está no Plano proposto que implica em custo de 10,25 bilhões de acréscimo na folha de pagamento. Isso corresponde ao impacto da tabela proposta em novembro, ou seja, construída através da incorporação das gratificações da Lei 7.923 (20% + abono) e da regência de classe (20%) ao vencimento do Professor A1 do 1º grau em 20 horas e a construção da tabela de docente a partir deste valor (Cr\$ 46.412,00), o que resultou no valor de Cr\$ 69.884,00 para o Professor Auxiliar I em 20 horas.

Portanto, tabela já conhecida e analisada pelo movimento docente. Não havia nada previsto para vigorar nem aprovação definitiva da Economia, até o momento da audiência, em relação aos técnicos. O Ministro afirmou que a tabela é a remetida pelo MEC, aquela que provoca destruição da carreira dos técnicos, gerando novas distorções que provocam, inclusive, inversões hierárquicas. Os representantes dos docentes argumentaram que os valores da tabela para os docentes são totalmente insuficientes.

## LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO- LDB

A LDB entra na Pauta do Plenário da Câmara em regime de urgência, o que permite a PL tramitar nas três comissões técnicas durante duas sessões do Plenário. Findo o prazo ela será discutida e votada, independentemente de existir ou não parecer das referidas comissões. Avalia-se que isto ocorrerá somente na primeira quinzena de agosto tendo em vista o volume de matérias prioritárias - como a LDO - atualmente em pauta.



## INFORMES

FAX/TELEX no.018/CNG/ANDES-SN/91  
BSB 23.06.91

**Atualização quadro de greve:** 44 Ifes em que os docentes estão em greve:

a) Universidades Federais: Acre, Amazonas, Pará, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rural de Pernambuco, Paraíba (1), Alagoas, Bahia, Belo Horizonte, Ouro Preto, Juiz de Fora, Espírito Santo, Uberlândia, São João del Rey, Viçosa, Rio de Janeiro, Rural do Rio de Janeiro, UNIRIO, Fluminense, São Carlos, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pelotas, Santa Maria, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, Goiás.

b) Ifes isoladas em greve: Ciências Agrárias do Pará, Mossoró, Lavras, Itajubá, Uberaba, (Medicina do Triângulo Mineiro), CENTEC-Bahia (2), Alfenas(3), Escola Paulista de Medicina, CEFET-RJ, CEFET-PR, Medicina de Porto Alegre.

c) IFES que até aqui não aderiram à greve: Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins, CEFET-MG, Sergipe, Rio Grande, Diamantina. Total = 8.

OBS: (1) Os docentes dos sete Campi da UFPB estão organizados em quatro ADs-SSIND (João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Patos).

(2) Os docentes estão sindicalizados na APUB.

(3) Não tem Associação Docente/Seção Sindical.

FAX/TELEX no. 019/CNG ANDES-SN/91  
BSB 24.06.91

### 1. Ida ao MEC/SENESU:

Presentes: Pela diretoria da ANDES-SN - Paulo Rizzo, Izaiás. Pelo CNG ANDES-SN - Sílvio Alem(ADUFPB-JP), Rogério(ADUFES), Brito(ASPUV). Pela FASUBRA - Lobão, Carlinhos, Marronel. Representante do SINASEFE.

a) Pela manhã: A comissão foi recebida pela Núbia, sendo solicitada a antecipação da audiência com Secretário Paulo Thompson e audiência com Min. Chiarelli. Também foram entregues: ofício solicitando audiência, carta ao Min. da Educação e os documentos entregues ao Min. Passarinho. A Núbia marcou audiência com Secretário SENESU para às 16:00h tendo em vista que o mesmo viajaria às 18:00h e que a SENESU se encarregaria de marcar audiência com Ministro.

b) À tarde, 16:00h: A comissão foi recebida por George Brown (assessor), informando que o Thompson já se encontrava no aeroporto e que a Núbia tinha ido para lá. Como o Min. Chiarelli está viajando, audiência com Sec. SENESU fica adiada para amanhã (25.06) às 14:00h e que o mesmo providenciará audiência com Ministro.

### 2. Audiência dos SPFs no Min. Justiça:

Vários telefonemas foram dados ao Gabinete do Ministro entre 10:00h e 20:00h conforme combinado previamente e não se concretizou nenhuma reunião. O documento das entidades continua irresponsável pelo Min. da Justiça.

## BAZAR DAS PULGAS

A Comissão de Atividades e Mobilização, promove, 2ª feira, 1º de julho, no Ponto de Cem Réis, o BAZAR DAS PULGAS.

Contamos com sua doação de quaisquer OBJETOS. O que você não usa, outro pode usar.

Faça sua doação até sexta-feira, 28/06, na sede da ADUFPB-JP.

PARTICIPE! CONTRIBUA!

## BAZAR DAS PULGAS





## CONSUNI

O Conselho Universitário realizou ontem, 27/06, uma reunião extraordinária convocada especificamente para discutir a greve nacional dos professores e servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A reunião havia sido solicitada pelos Comandos Locais dos Docentes e Funcionários da UFPB e, após uma ampla discussão, foi aprovada, por unanimidade de votos, uma posição oficial do órgão máximo da UFPB, reconhecendo a justiça de nossas reivindicações e manifestando a necessidade de as negociações evoluírem para o atendimento a essas reivindicações. Foi também deliberado que a posição do CONSUNI será divulgada através da imprensa e encaminhada ao MEC, CRUB, ANDIFES, Ministério da Justiça, Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, parlamentares que integram a bancada da Paraíba no Congresso Nacional, ANDES-SN, FASUBRA, e UNE.

## PROPOSTA

O Comando Local recebeu de um Grupo de 31 professores, aprovada por unanimidade no CCHLA, a proposta que segue, com pedido de encaminhamento ao Comando Nacional. O Comando Local, embora entenda a urgência da questão, decidiu não encaminhar a proposta ao CNG, uma vez que existe outra proposta de pauta de reivindicações, já aprovada em Assembléia e em processo de negociação no CNG.

*"Encaminhar ao Comando Nacional via Comando Local a seguinte proposta:*

*Aceitar como parâmetro mínimo de negociação o que se segue:*

- a) a correção das distorções nas tabelas salarial dos professores na base de 37% (retroativo a junho);
- b) reajuste linear em agosto com retroatividade a julho;
- c) viabilizar este acordo através da substitutivo no projeto lei 910/91;
- d) o movimento docente reafirma a sua pauta de reivindicações.

## DEBATE

### "O LESTE EUROPEU E A CRISE DO SOCIALISMO"

Tema do debate que será realizado com o Prof. Rubens Pinto Lyra, do Departamento de Ciências Sociais, às 09:00 horas, no Aud. do CCHLA.

# AGENDA DA GREVE

comando de greve professores ufpb - joao pessoa  
AGENDA nº05 28 junho 1991 - ESTAMOS EM GREVE





Telex/fax n/021/CNG/ANDES-SN/91

BSB 26.06.91

Novas IFES onde docentes aderiram a greve nacional.

Federal de Sergipe com Assembléa Geral dia 1º de julho para avaliar a continuidade da greve. Faculdade de Odontologia de Diamantina. Esta escola não tem AD-SSInd.

**Reunião na Secretaria da Administração Federal(SAF) às 10:30h - 26.06.91**

A reunião se iniciou com a difusão de parâmetros para conduzir uma negociação o suficientemente ágil para permitir que os resultados possam ser encaminhados ao Congresso antes do recesso.

Foi colocado pela FASUBRA a inconsistência da proposta do MEC que distorceu totalmente a carreira dos técnicos. Pela ANDES-SN foi colocada a total insuficiência da proposta e a necessidade de assegurar a DE dos professores de 1º e 2º graus em 50% . Com a chegada do representante do MEC, a SAF interrompeu a reunião por instantes até que os representantes do governo, MEC e SAF trocassem idéias.

No retorno, os representantes da SAF se fizeram acompanhar pelo representante do MEC, Núbia Falcão .

Foi solicitado aos representantes da FASUBRA parâmetros para a correção de tabela, para que o governo pudesse calcular o impacto na folha.

Tanto SAF quanto MEC reconheceram que o impacto da passagem da DE de 1º e 2º graus, de 30% para 50% é insignificante.

Entretanto, não há decisão favorável. Outro elemento apresentado pelo governo foi que a gratificação de Regência de Classe de 20% para 1º e 2º graus seria incorporada.

Ficando portanto na proposta do governo o valor do Auxiliar I com 20 horas em 69.884,00 e do professor A1 em 46.442,00, para a Regência de Classe , foi pedido um tempo pelo governo para fazer os cálculos e marcou-se um retorno às 16:00h, com contato telefônico prévio.

Vários contatos telefônicos foram feitos, porém não se concretizou uma nova reunião em que seria trazida a resposta sobre o impacto da reestruturação de tabela dos técnicos observadas as compatibilidades com a carreira docente.

**Ato em defesa da Escola Pública e pela agilização da tramitação da LDB**

Realizou-se, hoje, 26/06, Ato em defesa da Escola Pública e pela Tramitação da LDB,

iniciativa do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Ao ato que teve lugar na rampa do Congresso Nacional, compareceram mais de 6 mil pessoas entre estudantes e profissionais da educação dos três níveis de ensino, vindos das cidades saltélites, bem como de diversos Estados, do Norte ao sul do país . Também se fizeram presentes, além de parlamentares (PMDB, PDT, PSB, PT, PCB, PCdoB), expressivo número de entidades ligados aos movimentos sindical, estudantil, comunitário, entre outros.

Na avaliação do Fórum, o Ato atingiu satisfatoriamente seus objetivos, marcando assim o seu trabalho de acompanhamento da tramitação da LDB, neste primeiro semestre e, debxando antever sua força de pressão para enfrentar discussão e votação do Projeto no início do segundo semestre.

**Medida Provisória 296/91**

O Congresso Nacional derrubou a MP 296/91 com a seguinte votação:

a favor da MP	111
contra a MP	329
abstenção	2
	442





## A MP 296 E A LEI DE MURPHY

Milton Marques Júnior (\*)

Se alguma coisa tem a possibilidade mínima de dar errado, ela dará. Este é o axioma da Lei de Murphy. O governo não contava com esta possibilidade e dava como favas contadas a aprovação da MD (Medida Discriminatória) 296. Exatamente por desconhecer ou achar que estava a salvo da Lei de Murphy é que ele ficou perplexo diante da derrota que lhe foi enfiada goela abaixo.

Na Assembléia Geral da quarta-feira, alguém disse que o fato de a UNB ter entrado em greve não era suficiente para caracterizar a força do movimento. Os flashes que a televisão mostrava, à noite, após a votação da MP 296, me diziam que alguém havia avallado errado na Assembléia. A pressão dos professores da UNB, as gestões feitas pelos comandos locais junto aos parlamentares e, evidentemente, a atuação do comando geral foram decisivas para a rejeição da medida (que o líder do governo, perplexo diante do resultado, chamou por duas vezes de MP 286).

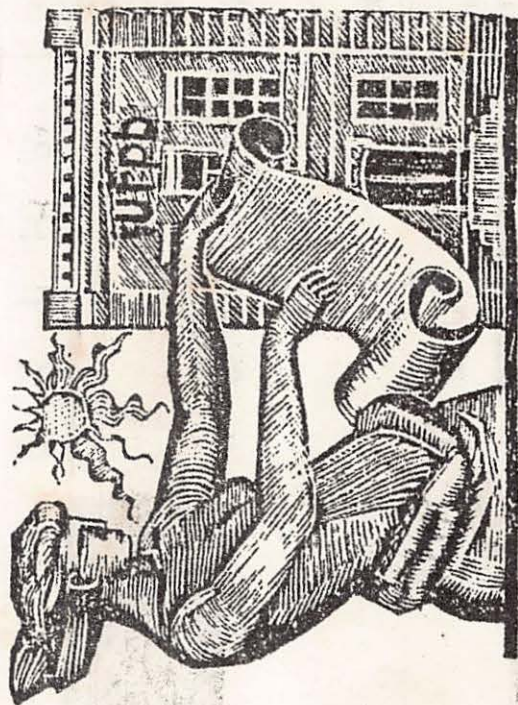
O triunfalismo de alguns professores tem como reverso da medalha o pessimismo de outros, o que é perfeitamente compreensível, pois a greve mexe emocionalmente com as pessoas. As falas que se sucedem nas Assembléias contribuem para tal. São tantos a dizer as mesmas coisas, com pequenas variações, confirmando ou negando a força do movimento, que me dão a idéia das falas oraculares (estarei sendo esotérico?): cada um entende como quer, dentro da sua conveniência. Aliás, o tema dessa última Assembléia versava sobre futurologia, o que a aproxima ainda mais da fala dos oráculos. Ponto para Laércio, oráculo da rejeição da MP 296.

O fato de o governo ter de amargar uma derrota sobre matéria que já considerava aprovada é um indicador nítido de que a pressão organizada é um recurso que dá resultados positivos. Além de ignorar o já citado axioma da Lei de Murphy, o governo não contava com um dos seus corolários: nada está tão ruim que não possa piorar. Se a sua base parlamentar era ruim, agora piorou. O exercício da cidadania e a luta para fazer valer a lei maior forçaram o arbitrio a reconhecer, ainda que perplexo, o seu devido lugar.

(\*) Professor do DLCV, CCHLA.

# AGENDA DA GREVE

comando de greve professores ufpb - JOAO PESSOA  
AGENDA nº 06 1º julho 1991 - ESTAMOS EM GREVE





# ASSEMBLÉIA GERAL

dia 02/07 às 15:00 horas

Aud. do CT

é...  
logo após



E X T R A



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

POSIÇÃO DO CONSELHO  
UNIVERSITÁRIO - UFPh

SOBRE A GREVE

A Universidade desempenha um papel estratégico num projeto global de desenvolvimento nacional. Não se pode pensar um processo de crescimento sócio-económico do país sem uma Universidade competente e revigorada.

No atual momento, a Universidade encontra-se em crise, incapaz, portanto, de responder à função que dela se espera. Essa crise passa tanto pela escassez de recursos para financiar o funcionamento das atividades básicas, quanto pelo aviltamento salarial dos professores e dos funcionários técnico-administrativos.

Vale salientar que: a) no caso da UFPh, de cada Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) do orçamento global, apenas, Cr\$ 11,00 (onze cruzeiros) foram enviados pelo governo, até agora; b) estudos recentes realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Administração e Planejamento das Universidades Federais mostram que os atuais salários de docentes e funcionários estão reduzidos, em termos reais, a 1/3 (um terço) dos salários vigentes em março de 1988.

Face a essas considerações, este Conselho Universitário, reconhecendo a justiça do movimento e de sua pauta reivindicatória, posiciona-se pela necessidade e urgência das negociações evoluírem no sentido do atendimento das reivindicações. Isso possibilitará o encaminhamento da superação do quadro crítico em que se encontra a Universidade e o retorno às suas atividades normais.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO, em João Pessoa, 27 de junho de 1991.

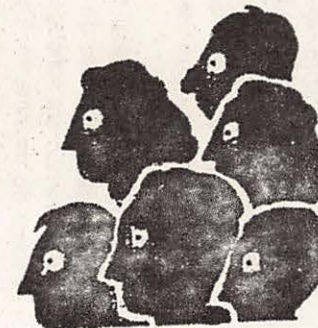


Ei !!

AS MINHAS PULGAS

Ei !!!

As minhas pulgas  
estarão sendo  
vendidas, hoje, 01/07,  
a partir das 14:00 horas,  
no ponto de Cem Réis.  
A arrecadação será para o  
Fundo de Greve  
Participe !



## Informes AG dia 28/06

Na última 6ª feira, dia 28/06, realizou-se, no Auditório do CT, mais uma Assembléia Geral da greve cuja lista de presença recebeu 197 assinaturas. Esta AG tomou as seguintes deliberações:

- 1) foi aprovada a continuidade da greve, com apenas 2 votos contra;
- 2) foi definido que a Carta dos Docentes da UFRJ, entregue ao Presidente Collor, seja reproduzida no próximo Boletim da greve;
- 3) foram eleitos como delegados da ADUFPB-JP/SSind, para o IV Congresso Estadual da CUT-PB os seguintes professores: Paula Frassinete (107 votos), Luis Couto (103 votos), Sívio Alem (102 votos), Lindemberg Medeiros (78 votos), Joaquim Feitosa (61 votos);
- 4) foram eleitos como delegados da ADUFPB-JP/SSind para o Congresso de criação do Departamento Estadual de Trabalhadores em Educação da CUT-PB os seguintes professores: Alexandre Náder (98 votos), Paulo Coelho (94 votos), Genaro Ieno (89 votos), Albene Menezes (87 votos), Antônio Carlos (70 votos), Lindemberg Medeiros (64 votos), Eliane Chagas (63 votos) e Gabriel Muñoz (59 votos);

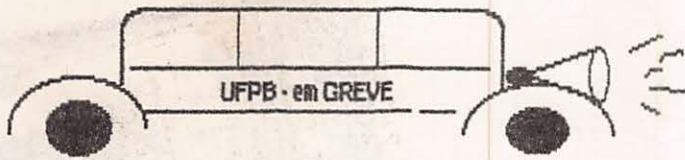
5) foram escolhidos como delegados da ADUFPB-JP/SSind na Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais (SPF), realizada em Brasília dia 30/06, o prof. Sívio Frank Alem e Jader Nunes de Oliveira, que estará assumindo, hoje, dia 1º de julho, a representação no CNG;

6) envio de carta ao "ombudsman" da Folha de S. Paulo pelo CLG em função da posição daquele jornal com relação ao movimento no episódio da derrubada da MP 296;

7) foi deliberada a realização da Assembléia Geral na próxima 3ª feira, dia 02/07, às 15:00 horas, no Auditório do CT.







Carreata partindo do Centro de Vivência até o centro da cidade, quinta-feira, 04/07, às 16:00 horas.  
PARTICIPE !!!!

# O LESTE EUROPEU E A CRISE DO SOCIALISMO

DEBATE

**Palestrante:** Prof. RUBENS PINTO LYRA  
**Debatedor:** Prof. SÍLVIO FRANK ALEM  
DIA 3 DE JULHO (QUARTA) AS 9.00H  
NO AUDITÓRIO DO CCHLA

# AGENDA DA GREVE

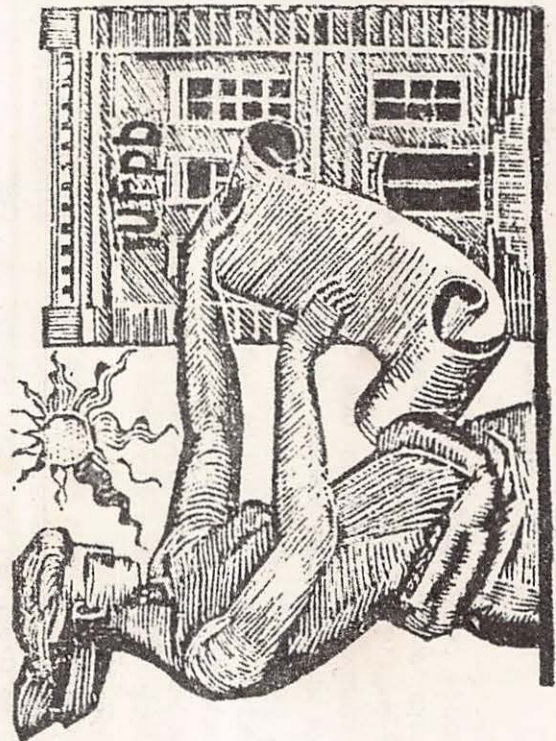
comando de greve professores ufpb - joao pessoa  
AGENDA nº07 3 julho 1991 - ESTAMOS EM GREVE

## boletim da GREVE classificados

Vende-se um telefone Ok, com poucas ligações locais, (nenhuma internacional). Tratar no mesmo, no horário comercial.  
Vendo por motivo de viagem, um par de sapatos BIBO semi-novo. Tratar aqui, qualquer hora.  
Emprestamos cigarros, charutos, cigarro de palha, mediante apresentação de garantia de devolução.  
Procura-se uma MP-296 perdida no Congresso Nacional para jogar no lixo

Ministro em vias de fritação pretende comprar de volta sua cátedra de professor universitário.  
Vende-se uma universidade sem verbas. Tratar na sucata mais próxima.  
Aluga-se uma universidade embalsamada. Para diversos fins.  
Jovem atlético e rico. Você ainda vota nele ?

Anuncie no Boletim da GREVE, procure a comissão de finanças.





## Informe da AG do dia 02/07/91

Realizou-se ontem (02/07/91), às 15 horas, mais uma Assembléia Geral. Assinaram a lista de presença 199 professores.

Nos informes das reuniões dos Centros, destaca-se a avaliação unânime de que se deve manter a continuidade da greve, cuidando-se para que o nível de mobilização dos professores seja reforçado. As reuniões de professores por Centro também indicam a premência de se levar a greve para fora dos muros da Universidade.

O professor Sílvio Frank Alem apresentou um relato da sua permanência no Comando Nacional de Greve. No seu relato resaltou os seguintes pontos:

- a) consolidação da greve a nível nacional;
- b) a vitória política da derrubada da MP 296;
- c) manutenção da mobilização durante o recesso parlamentar, que não deve ser encarado como um empecilho à continuidade do movimento.

Na avaliação do Comando Local, o Prof. Alexandre Náder ressalta a importância da consolidação do movimento e o reforço das pressões no sentido das negociações caminharem para a efetiva discussão da nossa pauta de reivindicações. Concluindo a avali-

ção, indica que não é o momento de se paralisar o movimento: A GREVE CONTINUA!

Na parte final da Assembléia, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- a) continuidade da greve: aprovada por unanimidade;
  - b) escolha do próximo delegado para o CNG: prof<sup>a</sup> Vera Amaral;
  - c) envio de telegramas ao Ministro da Justiça pelo avanço das negociações;
  - d) carta à população, explicando a justeza da greve;
  - e) moção de apoio à greve dos funcionários da CEF;
  - f) realização de uma carreata, partindo do Centro de Vivência até o centro da cidade, na próxima quinta-feira (04/06), às 16:00 horas, conforme recomendação do CNG;
  - g) realização de contatos com os parlamentares;
  - h) apoio ao Sindicato dos Bancários, ameaçado de intervenção.
- Por fim, os coordenadores das Comissões reforçaram o chamamento de voluntários para engrossar as suas fileiras.

Comando Local de Greve.

### Departamento Estadual de Trabalhadores em Educação-CUT/PB

Foi confirmado o local da realização do Congresso de criação do DETE-CUT/PB a ser realizado nos próximos dias 5 e 6 de julho. Será na Escola de Primeiro Grau Antonia Rangel de Farias, antiga Escola Santa Júlia, na Torre.

# UFPB PROFESSORES EM GREVE



Assino em baixo.



EI !!  
AS MINHAS PULGAS  
ESTÃO RECEBENDO  
DOAÇÕES PARA SEU  
BAZAR DA GREVE  
NA SEDE DA ADUFPB-JP  
A QUALQUER HORA  
PARTICIPE, CONTRIBUA!







comando de greve professores ufpb - João pessoa  
AGENDA nº 08 - 12 julho 1991 - ESTAMOS EM GREVE

# AGENDA DA GREVE

**ESTAMOS EM GREVE POR UMA REMUNERAÇÃO  
DIGNA, PELA DEFESA DO ENSINO PÚBLICO,  
GRATUITO E DE QUALIDADE.**

**E QUAL É O PAPEL DO H.U. NA FORMAÇÃO DE RECURSOS  
HUMANOS E NA ASSISTÊNCIA MÉDICA?**

**VENHA PARTICIPAR DO DEBATE!**

**DIA 15/07/91**

**LOCAL: Auditório do Hospital Universitário**

**HORA: 09:00**

**TEMA: "PAPEL DO H.U NA FORMAÇÃO DE RECURSOS  
HUMANOS  
E NO MODELO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE".**

**MODERADOR: Dr. João Modesto Filho**

**CONFERENCISTA: Dr. Paulo Dantas - Coordenador  
Nacional do Grupo de Estratégia para a  
IX Conferência Nacional de Saúde**

**DEBATEDORES**

Superintendente do H.U

Diretor do CCS

Representante da ADUFPB-JP/SSind

Representante do SINTESPB

Coordenador do NESC

**CONVIDADOS:**Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Departamentos, Núcleos, Funcionários, Alunos, Professores, Residentes, Assessores de Graduação e Pós-Graduação.

## **PROMOÇÃO:**

Comandos de greve de professores e funcionários da UFPB  
Comissão de Divulgação e Mobilização do CCS

**Às 15:00 horas - FÓRUM DE DEBATES PARA A IX  
CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE  
COM O DR. PAULO DANTAS.**

Convidados: Professores, funcionários e alunos; Entidades  
representativas de usuários,  
profissionais de saúde e do serviço de saúde.

Local: CCS - área da cantina.

## **A PRAÇA É NOSSA**

**SEXTA-FEIRA (12/07)**

**09:00 às 11:30h - BAZAR DAS PULGAS**

Exposição fotográfica sobre a  
situação da Universidade  
Mensuração de peso, altura e  
pressão arterial

**15:00 às 17:00h - Dragão da greve**

Palhaços  
Música  
Animação Infantil  
Encerramento

**TODOS À PRAÇA  
ELA PODE SER NOSSA!**



## ASSEMBLÉIA GERAL

A Assembléia Geral realizada dia 11/07, quinta-feira, no Auditório do CT, contou com a participação de 247 docentes e deliberou pela continuidade da greve por tempo indeterminado sujeita a constantes avaliações pela categoria, com apenas 2 abstenções. A AG aprovou ainda os seguintes encaminhamentos:

**01) constituir** comissão de articulação com os parlamentares paraibanos, no sentido de solicitar apoio às reivindicações dos SPFs na votação do Projeto de Lei (PL) do governo. A Coordenação da Comissão ficou com ledor, tendo ainda como integrantes os professores Madeiro, Jader, Zélia, Assis, Jomário e Adelaide;

**02) Levantar** contribuições para o Fundo de Greve, seja pela coleta de Cr\$ 2.000,00 junto à categoria, proposta por Madeiro, seja por adesão através da assinatura de lista de autorização do desconto de 1% do pagamento do 13º salário em benefício da greve, conforme ampliação feita por Jader à proposta inicial de Madeiro;

**03) Enviar** recomendação ao CNG, para que pressione o governo durante as negociações, no sentido, de que sejam contempladas Diretrizes Gerais de Política Salarial para os SPFs no PL do Governo, conforme proposta do CE;

**04) Indicar** o professor Tek, que participará da SBPC, de 15 a 19/07/91, no Rio, para coordenar a coleta de material sobre a greve, a ser encaminhado à comissão de organização e das atividades de divul-

gação da greve no Encontro Anual da SBPC nos termos da solicitação do CLG;

**05) Convocar** a categoria para participar do Seminário sobre Liberdade e Autonomia Sindical, do Sindicato dos Bancários, ameaçado de intervenção, em realização até o dia 12/07, sexta, na sede do mesmo, como manifestação concreta de solidariedade contra a arbitrariedade da medida judicial;

**06) Convidar** os colegas para a sessão de cinema, na próxima sexta-feira, 16/07, no Cine Bangüê, com o filme ÁRIA, às 20:30 horas, como programa cultural e contribuição para o fundo de greve;

**07) Enviar** moção de solidariedade aos professores da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus da Paraíba, pela deflagração de greve por melhores condições de trabalho;

**08) Reforçar** as atividades da praça do Ponto de Cem Réis, convocando os associados, a participarem da programação de sexta, 12/07, quando serão promovidas palestras, serviços médicos, música, animação infantil e exposições;

**09) Sejam** transcritas integralmente, no Boletim, as tabelas que são objeto de negociação pelo CNG com o Governo, conforme proposta de Jomário;

**10) Realizar** próxima AG no dia 16/07/91, terça-feira, às 14:30 horas, no CT;

**11) Recomendar** aos Centros que realizem reuniões sobre o andamento da greve na segunda e terça próximas, em vista da AG na terça à tarde.

## ATIVIDADE DE GREVE

### DOCENTES UFPB-JP

Terça-feira (16/07) tem cinema

## ÁRIA

(10 grandes nomes do cinema internacional dirigindo 10 árias de óperas famosas)

Local: Cine Bangüê

Hora : 20:30

Preço: Cr\$ 700,00

**PARTICIPE! COMPAREÇA!**





## PAINEL DO LEITOR

Pede-se que as cartas não ultrapassem 15 linhas e que contem nome completo, assinatura, endereço e se possível telefone. Para atender aos leitores a Folha se reserva o direito de publicar trechos representativos das cartas recebidas.

### Universidades federais

"As instituições federais de ensino superior do país estão em greve desde o dia 5/06; atualmente são 44 universidades federais em greve, além de outras instituições de ensino e de serviço público. Pode-se afirmar que há uma greve nacional do funcionalismo público federal. As universidades vêm, desde o início do governo Collor, tentando por todos os meios se defender de sucessivos ataques e/ou ameaças do Executivo. O tratamento dado pela Folha à greve aparece apenas em notas truncadas que mais confundem do que esclarecem. Uma notícia disse que 'A Ufscar entrou em greve'. Ela sozinha? Nem se dá ao trabalho de esclarecer que, com isso, ela se integrava a um movimento decidido e deflagrado nacionalmente. A greve, nacional e cada vez mais abrangente, nunca foi notícia. Na edição do dia 27/06 saíram duas páginas de notícias sobre a rejeição da MP 296. Em todos os textos, alguns assinados por responsáveis articulistas, consideram-se apenas os lances (alguns até engraçados, todos ridículos) dos jogos políticos mais em moda: Collor x Congresso, Collor x Quêrcia, Líderes x bancadas, coordenador x coordenados etc. E os mais interessados, ou seja, os funcionários?"

Alexandre Antônio Gill Náder, presidente em exercício da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, seguem-se mais 153 assinaturas (João Pessoa, PB)

★

"As universidades federais encontram-se em greve, de professores e/ou funcionários, reivindicando não só melhores salários —como maldosamente divulga a imprensa—, mas também uma universidade pública gratuita e autônoma —pré-requisitos para que possam dar um retorno satisfatório à sociedade. O que se lê nos jornais a respeito disto? O que se vê na televisão? Estamos condenados a sentar e esperar a privatização? Ou devemos continuar gritando sem sermos ouvidos integralmente?"

Paula Kier Herynkopf (Porto Alegre, RS)

# AGENDA DA GREVE

comando de greve professores ufpb - João Pessoa  
AGENDA nº09 - 16 julho 1991 - ESTAMOS EM GREVE





# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil \*\*\*

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretoria Corporativa: Luis Frias, Otavio Frias Filho, Pedro Pinciroli Jr., Renato Castanhar  
Conselho Editorial: Luis Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho,  
Carlos Alberto Longo, Junio de Freitas e Otavio Frias Filho (secretário)

## Sem aulas

Como se já não fosse suficientemente precária a situação do ensino superior no país, dois eventos recentes vêm evidenciar, uma vez mais, que o descaso prossegue como característica marcante do comportamento das autoridades brasileiras em relação ao setor.

A greve dos professores das universidades federais, por exemplo, acaba de ultrapassar os 35 dias de duração, exibindo um índice de adesão de cerca de 93%. Com isso, 350 mil alunos encontram-se sem aulas já há mais de um mês, o que torna remotas as chances de uma reposição adequada.

Diante da evidente gravidade desse quadro, só pode causar espanto a despreocupação exibida pelo governo, que se consubstancia no fato de que, desde o início da paralisação até hoje, nenhuma proposta oficial foi sequer apresentada para negociação.

Outro indício dessa situação, a

Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) só recebeu até agora de 30% da sua dotação para este ano; acabou, assim, forçada a reduzir em mais de 20% o número de bolsas de pós-graduação que oferece para brasileiros no exterior.

É sem dúvida legítimo cobrar das instituições vinculadas ao ensino universitário no país um nível adequado de desempenho acadêmico, bem como uma utilização criteriosa de recursos. Essa exigência, no entanto, deve ser acompanhada de condições mínimas de trabalho, para além de uma política coerente para o setor.

Nunca é demais ressaltar que a atitude omissa do governo não prejudica apenas alunos e professores; ao excluir das suas prioridades o ensino superior — indispensável para qualquer pretensão de desenvolvimento do país —, acaba afetando mesmo toda a sociedade.

## CONTATOS PARLAMENTARES

A Comissão de Articulação com os Parlamentares paraibanos conversou, sexta-feira, dia 12 de julho, às 10:30h, com os deputados federais José Maranhão (PMDB) e Lúcia Braga (PDT), aos quais entregou cópia do manifesto contendo assinaturas das lideranças partidárias. Os participantes discutiram o papel da Universidade para com a comunidade e para o desenvolvimento do país; sua identidade como entidade autônoma; sua isenção político-partidária, e a nossa pauta de reivindicações. Os parlamentares formalizaram compromisso de enviar telegrama à sua bancada, solidarizando-se com as nossas reivindicações e prestando apoio a uma solução negociada, entre governo e as nossas representações.

Novas audiências para esta semana já estão marcadas com o senador Humberto Lucena (16/07), senador Antônio Mariz (17/07), e o deputado Edvaldo Mota, quinta-feira, (18/07).

**ASSEMBLÉIA GERAL**  
terça-feira 16/07  
14:30 horas - Aud. CT

**ATIVIDADE DE GREVE**  
DOCENTES UFFB-JP  
Terça-feira (16/07) tem cinema

**ÁRIA**

(10 grandes nomes do cinema internacional  
dirigindo 10 árias de óperas famosas)

Local: Cine Bangôê  
Hora: 20:30  
Preço: Cr\$ 700,00

**PARTICIPE! COMPAREÇA!**







### Comentários sobre a tabela proposta pelo governo

De acordo com as informações transmitidas por telefone pelo nosso delegado no Comando Nacional de Greve dos Professores, em Brasília, por. Sívio Frank Alem, a Secretaria de Administração Federal (SAF) apresentou na tarde de ontem, 16/07, à ANDES-SN, FASUBRA-SINDICAL, ANDEF e SINASEF a proposta do governo relativa às tabelas salariais dos professores de 1ª, 2ª e 3ª graus, bem como dos servidores técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior, já incluído o reajuste linear de 20%.

Com base nessas informações, construímos as tabelas do Magistério Superior - já computado o reajuste linear de 20% -, que são apresentadas a seguir.

A tabela entregue pela SAF tem, do piso ao teto, valores inferiores aos que resultariam da tabela formalmente apresentada pelo MEC em 08/07/91 às entidades representativas dos docentes e funcionários das IFES, com uma redução de cerca de 2,7%.

Após a reunião na SAF os representantes das entidades dirigiram-se ao MEC e foram recebidos pelo seu Secretário Geral, que ocupa interinamente o cargo de Ministro, e foram informados que o MEC não tinha conhecimento das tabelas apresentadas pela SAF.

O Ministro Interino da Educação concordou em solicitar ao Ministro da Justiça um adlmento do envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional, e aceitou receber novamente hoje, 17/07, às 16 horas, a ANDES-SN, FASUBRA-SINDICAL, ANDEF e SINASEF.

### DEBATE

O SINTEP estará realizando, no próximo dia 18 de julho, uma palestra/debate sobre "A questão da Informação utilitária: Centros de Documentação e Comunicação", a ser proferida pela profª Ana Maria Athayde, do Mestrado em Biblioteconomia da UFPB. O evento terá lugar na sede do SINTEP, Rua Odon Bezerra, 329, em Tamblá, das 14 às 17 horas.

### VENCIMENTOS T-20

	Graduado	Mestre	Doutor
TIT.	203.707,72	234.263,88	254.634,65
ADJ. - 4	162.966,18	187.411,10	203.707,72
3	155.205,88	178.486,76	194.007,37
2	147.815,13	169.987,40	184.768,92
1	140.776,32	161.892,76	175.970,40
ASS. - 4	127.978,47	147.175,23	
3	121.884,25	140.166,89	
2	116.080,24	133.492,28	
1	110.552,61	127.135,50	
AUX. - 4	100.502,37		
3	95.716,54		
2	91.158,62		
1	86.817,73		

### VENCIMENTOS T-40

	Graduado	Mestre	Doutor
TIT. -	407.415,45	468.527,76	509.269,31
ADJ. - 4	325.932,37	374.822,22	407.415,46
3	310.411,77	356.973,53	388.014,71
2	295.630,27	399.974,81	369.537,83
1	281.552,64	323.785,53	351.940,80
ASS. - 4	255.956,94	294.350,48	
3	243.768,51	280.333,78	
2	232.160,49	266.984,56	
1	221.105,23	254.271,01	
AUX. - 4	201.004,75		
3	191.433,09		
2	182.317,23		
1	173.635,46		

### VENCIMENTOS DE

	Graduado	Mestre	Doutor
TIT.	611.123,17	702.791,64	763.903,96
ADJ. - 4	488.898,55	562.233,33	611.123,18
3	465.617,65	535.460,29	582.022,06
2	443.445,40	509.962,21	554.306,75
1	422.328,96	485.678,30	527.911,20
ASS. - 4	383.935,41	441.525,72	
3	365.652,76	420.500,67	
2	348.240,73	400.476,83	
1	331.657,84	381.406,51	
AUX. - 4	301.507,12		
3	287.149,63		
2	273.475,84		
1	260.453,19		



## UMA SEMANA DECISIVA

O ministro Jarbas Passarinho entrega hoje à comissão de negociação o Projeto de Lei de reajuste salarial do funcionalismo público federal civil e militar que, segundo ele, será encaminhado ao Congresso Nacional amanhã, 4ª feira.



Estamos em greve há 41 dias cobrando do governo uma resposta à nossa pauta emergencial de reivindicações. Há a expectativa de que essa resposta será dada esta semana. A remessa do PL ao Congresso mudará qualitativamente a situação e exigirá, de nossa parte, uma avaliação da conjuntura para definirmos a tática a ser adotada diante de uma nova situação. Entretanto, essa avaliação só poderá ser feita tendo conhecimento detalhado da proposta do governo e procurando manter a unidade do movimento dos SPFs.

O governo espera e acredita que o Congresso, não querendo ser responsabilizado pela rejeição de mais uma proposta e com medo da reação dos militares, acabe por aprovar qualquer projeto que lhe seja enviado. Apesar do ato de independência perante o Executivo, demonstrado por ocasião da rejeição da MP 296, não podemos ter ilusões quanto ao Congresso. Temos, então, que continuar, hoje e amanhã, os contatos com as lideranças parlamentares para que honrem o compromisso assumido de só aprovar uma proposta que seja resultado de negociações efetivas entre o governo e as entidades dos servidores em greve.

A derrubada da MP 296 e o anúncio de nossa inclusão numa nova proposta de lei são uma vitória do movimento. Apesar da liminar do STF nos retirando, até o julgamento do mérito, o direito de negociação coletiva conquistado no RJU, o governo teve que reconhecer que estamos em greve e estabelecer canais de negociações. Estamos negociando na medida do possível. As negociações se dão de forma enviesada e chela de altos e baixos porque esta é a forma de atuar do governo. Dentre estes altos e baixos há de se notar o esvaziamento do MEC enquanto interlocutor com poder de negociação, mesmo para os itens de pauta que, pela sua natureza, seriam da alçada deste Ministério. A ausência do Ministro da Educação e do diretor da SENESU é sintomática. Passaram a meros figurantes.

Este é um momento crucial para o nosso movimento. É fundamental manter a coesão e a unidade. A greve deve continuar, com assembleias frequentes, para que possamos, juntos, avaliar a proposta do governo e definir os rumos a seguir.

*Avaliação apresentada na AG de 16/07.*



**ASSEMBLÉIA GERAL, 16/07/91**  
**Local: Auditório do CT, às 14:30h**  
**Presentes: 184 assinaturas.**

### **ENCAMINHAMENTOS: foi aprovado:**

1. sem nenhum voto contrário, com uma abstenção, a continuidade da greve;
2. sem nenhum voto contrário, com uma abstenção, a data da nova **ASSEMBLÉIA GERAL**, que será **SEXTA-FEIRA, 19/07, às 9 horas, no Auditório do CT**, devendo ser precedida na 5ª feira de reuniões de Centro;
3. sem nenhum voto contra, com uma abstenção, o desconto de 1% sobre a folha de pagamento de agosto como fundo de greve, devendo a **ADUFPB-JP** realizar os procedimentos para tal decisão;
4. com um voto contra e 14 abstenções, **PASSEATA UNIFICADA DOS SPFs EM GREVE**, marcada para **QUINTA-FEIRA (18/07), às 15 horas, com concentração no INSS (Lagoa)**;
5. por unanimidade a reestruturação da Comissão da **"PRAÇA É NOSSA"**, sendo constituída por **Rossana, Eduardo, Dinarte, Antonio (CE), Elisa, Hélio e Turblio**;

**AGENDA DOS DOCENTES EM GREVE**  
**UFPB - JOÃO PESSOA - PARAÍBA**  
**17 de julho de 1991 - QUARTA-FEIRA**

**10**



## TAXA ASSISTENCIAL

Conforme deliberação da Assembléia Geral de Greve de 17/09 p.p. - com base no Art. 8º, Inciso IV, da Constituição Federal - , será cobrada da categoria uma Taxa Assistencial sobre os ganhos da greve na proporção de **2% para os sócios da ADUFPB-JP/SSind e 3% para os não sócios** sobre o salário de outubro. A cobrança diferenciada deve-se ao fato de ser mantida em outubro para os sócios a contribuição regular mensal de 1%. Faz-se necessário o encaminhamento ao DP da listagem de consignação até o próximo dia 10 de outubro (data de fechamento da folha), no máximo, para que o recolhimento possa ser viabilizado. Deste modo, solicitamos aos docentes que não estejam dispostos a permitir que esse desconto seja efetuado em seus salários, que compareçam à sede da ADUFPB-JP/SSind até o próximo **dia 8 de outubro**, inclusive, a fim de manifestarem sua rejeição em relação à cobrança da Taxa Assistencial, através de formulário próprio já disponível em nossa entidade.

\*\*\*

## AÇÕES JUDICIAIS

### 1. PLANO COLLOR 1:

IPC de março/90 (84,32%), juntamente com o redutor de 5% do IPC de janeiro/90, que não foram incorporados aos nossos salários a partir de abril/90.

**A audiência de julgamento** havia sido marcada para 30/8 na 4ª JCJ; contudo, o Juiz converteu o processo em diligência, concedendo um prazo adicional à UFPB para esclarecimentos e **marcou para 1/11/91 a nova audiência de julgamento.**

### 2. PLANO BRESSER:

26,06% retroativos a junho/87.

**A audiência de julgamento** havia sido marcada para 11/9/91 na 1ª JCJ. Entretanto, até hoje o Juiz não havia prolatado a sentença.

### 3. PLANO VERÃO:

26,05% retroativos a fevereiro/89.

**A audiência de julgamento está marcada para 4/10/91 na 3ª JCJ.**

### 4. FGTS:

Nossos advogados nos informaram por telefone que o Juiz da 1ª JCJ - sem julgar o mérito da ação - não aceitou o ajuizamento da reclamação na Justiça do Trabalho. A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind está analisando a possibilidade de interpor essa ação judicial na Justiça Federal.

### 5. GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR (20%)

Que deixamos de receber a partir de abril/87, quando começou a vigorar a Lei da Isonomia.

**Audiência de Instrução marcada para 31/10/91 na 1ª JCJ.**

O Reitor da UFPB enviou à ADUFPB-JP/SSind. cópias dos documentos que reproduzimos a seguir.

TELEX/MEC/BSB 14386 30.SET.91 9JC0  
URGENTE CIRCULAR AOS DIRIGENTES DE IFES

De ordem do Sr. Ministro retransmito telex da SAF/PR contendo Instruções sobre elaboração da Folha de Pagamento do mês de setembro: *"Em razão do Projeto de Lei que concede o aumento dos professores de nível superior ter sido aprovado na Câmara e Senado Federal, aguardando a sanção presidencial e, no intuito de se evitar duplo processamento da folha de pagamento das IFES, a mesma foi executada prevendo as tabelas já corrigidas. Como a referida Lei ainda não se encontra sancionada e não havendo a possibilidade de reprocessar a folha de pagamento com os valores do mês anterior em virtude da greve do SERPRO, deverão ser observados os seguintes procedimentos:*

1. Os órgãos que não tiverem em seus quadros servidores abrangidos por aquele Projeto de Lei, deverão efetuar os seus pagamentos normalmente;

2. Os órgãos que tiverem em seus quadros servidores abrangidos por aquele Projeto de Lei deverão:

a) Glosar os valores correspondentes a diferença concedida no pagamento destes servidores;

b) Quando da sanção da Lei, pelo Presidente da República, efetuar o pagamento da diferença através de folha suplementar. Atenciosamente, Heitor Chagas de Oliveira - Diretor DRH/SAF/PR".

SDS - Raimundo Helio Leite - Diretor Departamento Desenvolvimento Ensino Superior/ SENESU/ MEC.

\*\*\*

Exmº Sr.

Dr. Carlos Garcia - Ministro  
Secretaria da Administração Federal (SAF)  
70.000 - Brasília (DF) Fax: (061) 321.2625

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1991.

Senhor Ministro,

Peço sua especial atenção para os graves problemas que poderão advir em decorrência da eventual decisão de atrelar a sanção do recente projeto lei que altera a tabela salarial de docentes à regulamentação das Funções Comissionadas e Gratificadas.

Sugiro a V. Excla., manter o pagamento de setembro, independentemente de qualquer pro-vidência referente a Funções Comissionadas e Gratificadas, evitando assim prejuízos ao pessoal das IFES.

Atenciosamente,  
Nelson Maculan Filho

Presidente em exercício da ANDIFES  
(Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)



**Sindicalize-se!**  
**Filie-se à ADUF!**

Nesta 5ª feira, 17:30h



**E X T R A**  
**ADUFPB-JP/SSind**

Nesta quinta feira (03/10/91), 17:30h  
o Aula Extra volta a funcionar. Sede da ADUF,  
no Centro de Vivência. **COMPAREÇA!**

**SINDICALIZAÇÃO**

Prof. Ulisses Semeghini



**ADUFPB-JP**  
**Seção Sindical**  
**Agenda**

**ADUFPB-JP**  
**Seção Sindical**

**Agenda**

**nº 05** ..... **2 outubro de 1991**

**CAMPANHA DE FILIAÇÃO**

Após a greve da categoria cujos resultados podem ser contabilizados como positivos e tendo em vista a grande renovação ocorrida no quadro docente da UFPB, nossa entidade está iniciando uma campanha para filiação desses novos companheiros aos quadros da ADUFPB-JP/SSind. Esta campanha está sendo coordenada pela Diretoria Executiva da ADUF e terá como seus agentes mais imediatos os integrantes do Conselho de Representantes dos Centros. Em todo o caso, uma passada mais imediata pela sede da ADUF (Centro de Vivência) - na próxima 5ª feira, (03/10), antes do AULA EXTRA, por exemplo, ou noutro dia qualquer - para um contato mais próximo com o nosso sindicato, para aqueles que ainda não são filiados, poderá ser muito importante.

**SINDICALIZE-SE!**  
**FILIE-SE A ADUFPB-JP/SSind**



# PAUTA EMERGENCIAL DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES

## 1.0 - VENCIMENTOS E PROVENTOS

- 1.1 - Recomposição dos vencimentos e proventos dos docentes das IFES aos valores reais de 1º de março de 90 calculado, segundo os índices do ICV do DIEESE, importando tal reposição no percentual de 366,26%.
- 1.2 - Incorporação aos vencimentos e proventos dos docentes das IFES das perdas reais provocadas em seus valores nominais pelos chamados Planos de Ajuste Econômico conhecidos como "Plano Bresser", "Plano Verão", "Plano Collor I", respectivamente de 26,06%, 26,05% e 93,54%.
- 1.3 - Pagamento imediato do passivo trabalhista acumulado referente às perdas derivadas dos referidos "Planos" em valores corrigidos monetariamente e acréscimo dos juros legais.
- 1.4 - Incorporação das gratificações criadas pelos Decretos-lei nº 2365, de 27 de outubro de 1987, nº 1858, de 16 de fevereiro de 1981 e nº 7706, de 21 de dezembro de 1988 aos vencimentos e proventos do professor AI de carreira de 1º e 2º graus, com a consequente adequação de toda a tabela, nos termos do Aviso Ministerial nº 1026, de 4 de dezembro de 1990.
- 1.5 - Envio de mensagem ao Congresso Nacional pelo Executivo propondo política salarial que garanta a manutenção dos valores reais dos vencimentos e proventos dos docentes das IFES.

## 2.0 - VERBAS PARA AS IFES

- 2.1 - Repasse para as IFES do saldo referente a recursos previstos no orçamento de 89-90, na então rubrica OCC, preservando-se seus montantes reais (corrigidos monetariamente).
- 2.2 - Antigo 2.5 (nova redação pelo GT Verbas) (orçamento votado pelo Congresso e contingenciamento pelo Executivo).

## 3.0 - POLÍTICA DE PESSOAL

- 3.1 - Abertura de vagas e consequente realização de Concurso Público na proporção de integralidade das vagas geradas por aposentadorias, morte, invalidez etc, e das necessidades de expansão no quadro das IFES, garantindo imediata contratação dos classificados.

## 4.0 - ESCOLHA DE DIRIGENTE

- 4.1 - Escolha, por processo de eleições diretas e democráticas, dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, devendo o eleito ser nomeado.
  - 4.2 - Modificação da legislação em vigor, no sentido de que o processo de escolha dos dirigentes se esgote no interior das Instituições Federais de Ensino Superior.
- ## 5.0 - DIREITOS SINDICAIS
- 5.1 - Garantia de repasse para a ANDES-SN e para as AD's/SSIND de quaisquer contribuições dos docentes por ela representados, deliberadas com base na Constituição Federal.

## SINDICALIZAÇÃO

Prof. Ulisses Someghini





A nossa Pauta Emergencial de reivindicações foi formulada nas reuniões do Setor das Federais da ANDES-SN realizadas em Brasília na 1ª semana deste mês para ser discutida nacionalmente nas Assembléias Gerais convocadas pelas AD's-SSind para esta semana. No próximo dia 27 o setor das Federais estará novamente se reunindo em Brasília para consolidar a Pauta Emergencial, e posteriormente a ANDES-SN deverá protocolá-la no MEC, estipulando um prazo para o atendimento das reivindicações e solicitando a imediata abertura de negociações.

Além disso, no domingo, 28/04, as entidades representativas dos Servidores Públicos Federais realizarão em Brasília uma Plenária Nacional para atualizar a Pauta Geral protocolada na Secretaria da Administração Federal (SAF) no 2º semestre do ano passado, e discutir alternativa de data para o indicativo de greve dos SPF.

A atitude de intransigência e descaso que o governo federal tem adotado em relação às propostas apresentadas pelos diversos setores do funcionalismo público reforça a necessidade de intensificarmos a nossa mobilização. Somente um movimento forte e organizado poderá viabilizar o atendimento às nossas legítimas reivindicações.

DIRETORIA ADUFPB-JP/SSIND.



## PAUTA EMERGENCIAL DE REIVINDICAÇÕES DOS DOCENTES DAS IFES

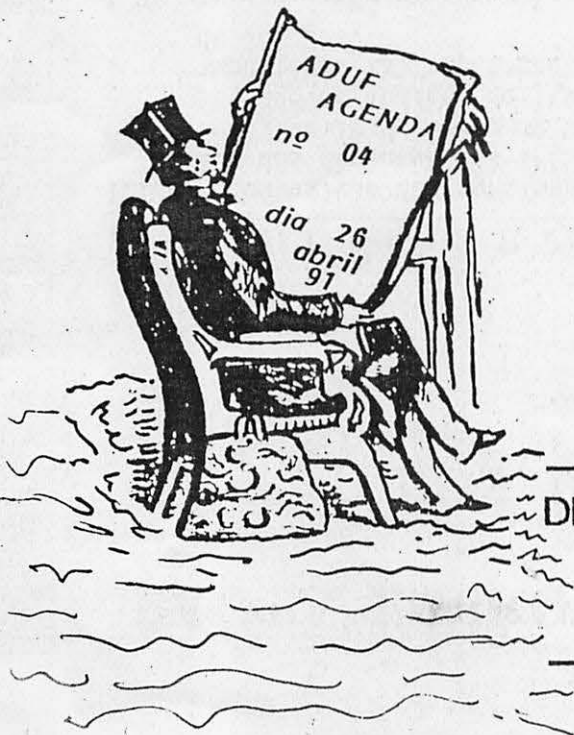
# ADUFPb JP

SEÇÃO SINDICAL

## AGENDA

ADUFPB-JP/SSIND  
convoca:

assembleia  
geral



DIA 26 DE ABRIL SEXTA 9.00h AUD. CCHLA 412

- pauta:
1. INFORMES
  2. CONTRATAÇÃO PROFESSOR SUBSTITUTO
  3. PAUTA EMERGENCIAL E INDICATIVO DE GREVE



Conforme as informações transmitidas pela Diretoria da ANDES-SN, foi firmado um acordo entre o governo federal e as lideranças parlamentares, mediante o qual o executivo comprometeu-se enviar ao Congresso Nacional, no prazo máximo de trinta dias, um projeto de lei regulamentando os saques do FGTS, cuja formulação seria igual à apresentada pelo veto do artigo 246 da Lei 8.112/90, cuja redação transcrevemos a seguir. O adiamento da regulamentação dessa matéria dar-se-ia em decorrência de restrições de caixa hoje existentes no âmbito do governo.



Art. 246. Os saldos das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS, dos servidores que passaram ao regime previsto nesta lei, serão transferidos para conta de poupança aberta em nome do servidor na Caixa Econômica Federal, podendo os saques efetuarem-se:

- I. nas hipóteses previstas na legislação referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- II. parcialmente e no mês do aniversário do titular, nas proporções a seguir indicadas, a incidir sobre o saldo da conta:
  - a) um quinto em 1991;
  - b) um quarto em 1992;
  - c) um terço em 1993;
  - d) um meio em 1994;
  - e) o restante em 1995.

§ 1º - Para abertura da conta de poupança de que trata este artigo, o banco depositário do FGTS deverá transferir, para a CEF, os saldos das contas dos servidores optantes, no primeiro dia útil do mês subsequente ao da vigência desta Lei, devidamente corrigidos de acordo com a legislação do FGTS.



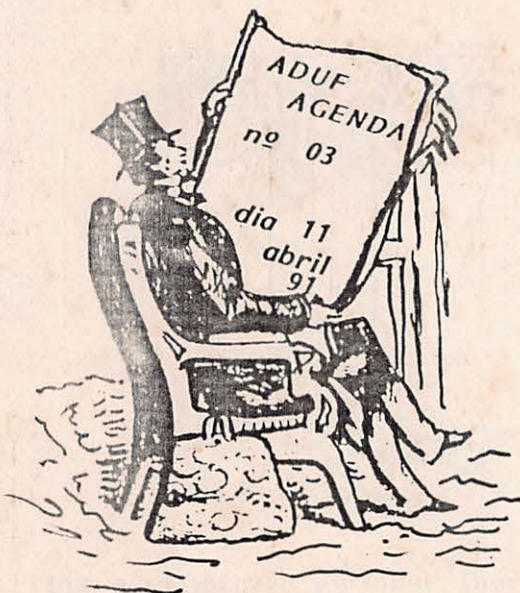
§ 2º - Havendo servidores não optantes, a União ou a entidade depositária fará jus ao saque dos saldos das contas do FGTS, relativos àqueles servidores, observado o mesmo parcelamento previsto no inciso II deste artigo, adotando-se, como mês de aniversário, o da vigência desta lei.

**ADUFPb JP**  
SEÇÃO SINDICAL

**ACORDO É PRA SER CUMPRIDO**

**AGENDA**

**VITÓRIA POLÍTICA**



O Congresso Nacional apreciou ontem, 10/04, os VETOS do presidente da República ao Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112, de 11/12/90, derrubando cinco dos onze vetos interpostos.

Dentre os vetos mantidos destacam-se o que desobriga a União de pagar em junho a 1ª parcela do 13º salário, o que não permite fracionar a licença-prêmio por assiduidade ou transformá-la em pecúnia e o que restringe a contagem do tempo de serviço anterior a 11/12/90 para efeito de concessão dessa licença.

Os vetos derrubados, entretanto, asseguram a APOSENTADORIA INTEGRAL, atribuindo ao Tesouro Nacional a plena responsabilidade pelo custeio dos proventos, com a garantia de incorporação aos mesmos da remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontre posicionado o servidor, bem como a gratificação da função ou remuneração do cargo em comissão de maior valor, para quem o tenha exercido por um período mínimo de 2 (dois) anos.

Além disso, conquistamos o direito à negociação coletiva e o reconhecimento do direito da entidade sindical ajuizar coletivamente ações judiciais na Justiça do Trabalho.

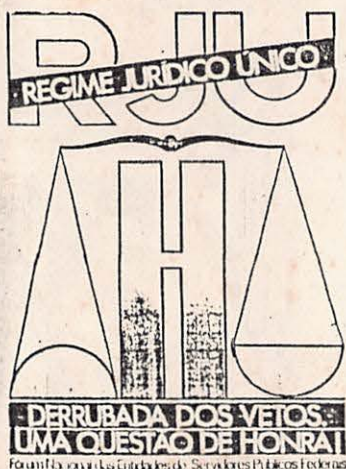
continua...



Trata-se indiscutivelmente de uma importante VITÓRIA que deve ser creditada à luta desenvolvida pelas entidades representativas dos diversos setores do serviço público federal, entre elas a ANDES-SN e suas AD's-SSindicais em todo o país.

Essa luta consistiu inicialmente em todo o esforço de incorporar ao projeto de lei as legítimas reivindicações dos SPF, e o trabalho agora se completa com as pressões exercidas sobre o Congresso Nacional, que viabilizaram a nossa vitória política.

Prof. Jader Nunes de Oliveira  
Presidente ADUFPB-JP/SSind.



## VETOS DERRUBADOS:

### ART. 64

§ ÚNICO . Desobriga a União de pagar a 1ª parcela da gratificação natalina em junho.

### ART. 87

- § 1º - Não permite fracionar licença especial ou transformá-la em pecúnia.
- § 2º - Não permite transformar em pecúnia em favor dos beneficiários licenças especiais gozadas por servidores falecidos.

### ART. 192

Retira os aumentos de rendimentos proporcionados pela aposentadoria.

### ART. 193

Não permite incorporar gratificações na aposentadoria.

### ART. 226

§ 2º - Retira o auxílio funeral do servidor em caso de morte do cônjuge ou dependentes.

### ART. 231

§ 2º - Desresponsabiliza o Tesouro Nacional de custear integralmente a aposentadoria dos servidores.

### ART. 240. ALÍNEAS:

- d - Restringe direitos sindicais.  
e - Restringe direitos trabalhistas.

### ART. 243

§ 4º - Deixa indefinida a contagem do tempo do serviço anterior à publicação desta lei.

### ART. 246

Elimina a possibilidade de que do FGTS dos antigos celetistas fora dos casos já previstos na legislação atual sobre o FGTS:

### ART. 250

Restringe direitos de aposentadoria dos funcionários anteriormente estatutários (regidos pela lei 1711/52).

Art. 192. O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado:

- I. com remuneração do padrão da classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado;
- II. quando ocupante da última classe da carreira, com a remuneração do padrão correspondente, acrescida da diferença entre esse e o padrão da classe imediatamente anterior.

Art. 193. O servidor que tiver exercido função de direção, chefia, assessoramento, assistência ou cargo em comissão, por período de 5 (cinco) anos consecutivos, ou 10 (dez) anos interpolados, poderá aposentar-se com a gratificação da função ou remuneração do cargo em comissão, de maior valor, desde que exercido por um período mínimo de 2 (dois) anos.

Art. 231. O Plano de Seguridade Social do servidor será custeado com o produto da arrecadação de contribuições sociais obrigatórias dos servidores dos três Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas.

§ 2º O custeio da aposentadoria é de responsabilidade integral do Tesouro Nacional.

Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito a livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

- ... ..
- d) de negociação coletiva
  - e) de ajuizamento, individual e coletivamente, frente a Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal.

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de um ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do Art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo.

# REGIME JURÍDICO ÚNICO



**ADUFPB-PATOS** ( 35 participantes ) : continuidade da greve e, quando da saída, esta deverá ser unitária (24 a favor e 11 contra).

**ADEPM** (120 participantes): Manter o movimento de greve na forma atual (paralisação total); apolo total as atividades da ANDES-SN em defesa da universidade pública e gratuita.

**ADUFS** (101 participantes): Continuidade da greve (51 a favor, 45 contra e 5 abstenções). Próxima AG em 26/08.

**ADFMTM** (30 participantes): Continuidade da greve - houve consenso de que não era necessária nova votação.

**ADCEFET-RJ** ( 400 participantes) AG conjunta, não deliberativa, com a presença de 200 professores, funcionários, alunos e pais de alunos, os quais se manifestaram, e largamente, a favor da greve. Mobilização intensa em função do telex/folha suplementar. Próxima AG em 23/08.

## **2. Audiência com o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, em 20/08/91 às 15h30min.**

**Presentes:** CNG/ANDES-SN (Baldijão, Pazulo Rizzo, Angela e Anchieta).

**Parlamentares** - Sen. Espiridião Amin/PDS, Dep. Maria Lulza Fontenelli-PSB, Dep. Henrique Alves-PMDB e Dep. José Linhares-PSDB.

Logo após cumprimentar os presentes, o Ministro solicitou o resultado da audiência de ontem (19/08) com o Min. Chiarelli. Baldijão iniciou respondendo que foi desagradável, relatando o ocorrido.

Em seguida, o Ministro disse entender que se o Ministro da Educação se diz disposto a negociar após o final da greve é porque ele reconhece que há o que e como negociar.

Prosseguindo, o Ministro Passarinho afirmou que hoje, durante o despacho, o Presidente Collor disse que se sentia "desconfortável" com a não solução da questão dos docentes das IFES.

O Ministro se dispõe a trabalhar no sentido de abertura de negociação sem a pré condição de saída de greve.

Informado da reunião amanhã (21/08) com o Secretário Geral da SENESU, Thompson Flores, comprometeu-se a transformá-la em reunião de negociação e acenou que uma eventual resistência da área econômica não será obstáculo. Afirmando ainda, que é possível alterar nossa tabela, direcionando a negociação nos termos de uma proposta Intermediária (entre a do PL e a do movimento). No seu entendimento, se faz necessário que o MEC reconheça que a tabela do PL é insuficiente para poder negociar, comprometendo-se a conversar com o Presidente para que ele interceda no sentido de que as negociações no MEC e na SAF se efetivem.

Por último, quanto à suspensão do pagamento da folha suplementar, que o Ministro tomou conhecimento através do telex da SENESU às IFES, apresentado pelos parlamentares, sua reação foi de estranheza, considerando a medida inconstitucional

tendo em vista tratar-se da complementação de um mês já pago (Julho/91).

## **3. Informe LDB**

Hoje (21/08) votação dos pareceres dos relatores na Comissão de Educação, Cultura e Desporto, e, provavelmente, na de Constituição, Justiça e Redação.

Informe detalhado será remetido no final da semana, dando conta das atividades do FORUM nos dias 20, 21 e 22/08.

## **4. Informe FASUBRA**

A FASUBRA Sindical, através de seus diretores Vânia e Honório, esteve no CNG/ANDES-SN informando que na data de ontem (20/08) foi assinado o Termo de Acordo de final de greve com o MEC, com o testemunho da Profª Vanessa, Presidente da AN-DIFES.

Apresentaram ao Movimento Docente a solidariedade da FASUBRA Sindical à manutenção da greve dos docentes e reiteraram a intenção de continuar, conjuntamente, com a ANDES-SN, a luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita.

## **AVALIAÇÃO**

A audiência com o Ministro da Justiça e novas Assembléias Gerais de docentes em várias IFES marcaram positivamente, por seus resultados, o dia de ontem (20/08).

Na audiência, o Ministro afirmou a disposição do Executivo em negociar efetivamente nossas reivindicações, sem pré-condições. Trata-se, portanto, de um fato novo e relevante - que, se mantido, inaugura uma etapa qualitativamente distinta de nosso movimento.

Hoje podemos, com maior segurança, afirmar que as divergências entre os discursos de Passarinho e Chiarelli expressam a existência de conflitos internos ao governo; os rumores difundidos pela mídia sobre o iminente afastamento de Chiarelli da posição que ocupa no governo reforçam esta compreensão.

O comprometimento do Ministro da Justiça com nossa exigência de imediato início de negociações efetivas, independentemente do fim da greve, reverte a nosso favor a situação e torna mais factível a possibilidade de avançarmos em nossas reivindicações. A afirmação de que obstáculos oriundos da área econômica não seriam impeditivos de que tais avanços se concretizem é extremamente relevante. Aparentemente, logramos acumular forças suficientes para demover o Executivo de sua postura de irreversibilidade.

Compreendendo a importância desta fase de nossa luta, as AGs realizadas ontem reafirmaram a disposição dos docentes de permanecer em greve. Este dado, somado aos anteriores, respalda o CNG/ANDES-SN na continuidade das démarches que realiza junto ao governo; a unidade do movimento é decisiva para o desenvolvimento das negociações.

Sob a ótica da legalidade, as ameaças de retalição econômica oriundas do MEC/SENESU não se sustentam. A ilegalidade, já denunciada, da suspensão



do pagamento da folha suplementar (relativa ao mês de julho/91) é confirmada pela Assessoria Jurídica da ANDES-SN, que se prepara para adotar os procedimentos cabíveis na questão. O próprio Ministro da Justiça afirma ser inconstitucional a pretensão do MEC. Pressionar decididamente os Reitores para que não tomem em conta o ilegal e eníquo Telex nº 12.422 do MEC é tarefa de cada CLG/AD-SSind.

Em face dos acontecimentos referidos, o CNG/ANDES-SN reafirma os termos da avaliação ontem encaminhada (Telex/fax 064) e entende que a realidade cada vez mais confirma sua compreensão de que a coesão, a disposição de luta e, sobretudo, a unidade do movimento docente são indispensáveis ao atendimento de nossas reivindicações.

#### **A GREVE CONTINUA! POR NEGOCIAÇÕES ÁGEIS E EFETIVAS!**

#### **ENCAMINHAMENTO**

Sobre o Telex SENESU/MEC nº 12.422 de 16/08/91:

O CNG/ANDES-SN discutiu com a Assessoria Jurídica da ANDES-SN o problema do não pagamento da folha complementar de julho.

Dado o caráter inconstitucional (reconhecido até pelo Ministro da Justiça) de flagrante ilegalidade (segundo Assessoria Jurídica da ANDES-SN) por configurar a retenção ilegal de salário, inconsistente porque reproduz blefes anteriores do Governo, o CNG/ANDES-SN repudia mais esta manobra do MEC e delibera entrar na justiça com Mandado de Segurança com solicitação de liminar.

O CNG/ANDES-SN recomenda aos CLGs/ADs-SSind que se exija das reitorias o imediato pagamento da diferença salarial de julho. Caso não haja o pagamento o CNG/ANDES-SN recomenda às ADs-SSind que tomem as medidas legais cabíveis.

#### **RECOMENDAÇÃO**

Reiteramos aos CLGs/ADs-SSind a necessidade de reforçar o CNG/ANDES-SN com delegados e observadores em função do momento decisivo de negociações em nossa greve e da tramitação da LDB.

**CNG/ANDES-SN**



**TELEX 065 CNG/ANDES-SN  
Brasília, 21 de agosto de 1991.**

#### **INFORMES**

- 1. Informes das AGs realizadas em 20/08/91**
- APUBH** (507 participantes): Continuidade da greve (500 a favor, 1 contra e 6 abstenções).
  - ADUFMAT** (272 participantes): Continuidade da greve (4 contra e 6 abstenções). Próxima AG em 22/08.
  - ADUFPA** (300 participantes): Continuidade.
  - ADUA** (135 participantes): Continuidade.
  - ADUFC** (250 participantes): Continuidade (160 a favor).
  - ADUNIR** (70 participantes), Continuidade. Próxima AG em 23/08.
  - ADUFU** (350 participantes): Continuidade (por unanimidade).
  - ADUFRJ** (300 participantes): 1ª votação: indicativo de saída (158 votos), saída de greve em 21/08 (66) e continuidade da greve (45). 2ª votação: Indicativo de saída em 26/08 com nova AG para avaliação em 23/08 (147 votos) Indicativo de saída sem data (119) 6 abstenções. Nota ao CNG e aos CLGs explicitando a posição política do indicativo de saída de greve. Nota aos estudantes e matéria paga quando ao final da greve.
  - ADUFMS** (99 participantes): Continuidade da greve até nova avaliação. Próxima AG em 23/08.

**AGENDA DOS DOCENTES EM GREVE  
UFPB - JOÃO PESSOA - PARAÍBA  
21 de agosto de 1991 - quarta-feira**

**12**





## INFORMES

### 1. Audiência Ministério da Justiça, dia 17/07, às 11 horas:

A audiência não se realizou. O Ministro Jarbas Passarinho recebeu por 4 (quatro) minutos o companheiro Toninho, da Executiva Nacional da CUT, e informou:

- o envio do Projeto de Lei para o Congresso fora suspenso até a volta de viagem do Presidente da República (20/07); o Ministro disse que o governo está com dificuldades de concluir sua proposta;

- o Ministro já havia telefonado para as diversas áreas orientando para que promovessem negociações específicas, como por exemplo, o MEC;

- não considera necessária qualquer audiência dos SPFs com ele nestes dias, prefere aguardar a próxima semana, ficando prevista nova audiência para 2a. feira (22/07).

A Comissão de Negociação, após ter recebido estes informes, considerou mais positiva a situação. A Comissão sugere aos CLGs que organizem um intenso trabalho parlamentar nos estados, a fim de colocar os parlamentares em contato direto com os Ministros, inclusive o da Justiça, para que concretizem as negociações. A Coordenação dos Comandos reunir-se-á às 19 horas para avaliar os resultados dos contatos feitos nas áreas específicas.

### 2. Audiência no MEC, dia 17/07, às 16 horas:

Presentes: MEC (George Brown, Núbia, Marisa e Alfredo), ANDES-SN (Paulo Rizzo, Dila, Elias, Alice, Márcio e Sílvio Alem), FASUBRA (Carlinhos, Vânia e José Luís), SINASEF (Dário e Enilson), ANDEF (Paulo Roberto).

Inicialmente, o Chefe de Gabinete do Ministro Interino informou que seríamos recebidos pela SENESU para falarmos com George Brown, Secretário de Ensino Superior Interino do MEC.

Começada a reunião foi apresentado por nós o resultado da conversa com o Ministro Passarinho pela manhã, e que, diante disso, desejávamos saber a disposição do MEC para a discussão das nossas questões específicas.

O Secretário Interino, a seguir, disse que era preciso estabelecer uma metodologia de discussão, tomando como referência a tabela apresentada ontem. Sendo assim, propôs: ver as críticas às tabelas; quais as reivindicações; encaminhar o resultado à SAF.

Neste momento, foi cobrado sobre a realização de reunião conjunta MEC/SAF/Entidades.

Por insistência das Entidades de que até o final da audiência deveríamos ter definido a realização da reunião com a SAF, o Secretário Interino retirou-se para telefonar à SAF. Retornando, informou que falara com o Dr. Heitor, e que este informou das dificuldades em designar alguém da SAF para a reunião porque estão trabalhando em outras tabelas e que a SAF também tinha chegado ao limite dos recursos disponíveis.

Logo a seguir, o Secretário foi chamado ao telefone pelo Ministro Passarinho. Segundo o Secretário Interino, o Ministro "também vê muita pouca esperança em mudar o status quo atual". Muitas categorias reivindicam. Ainda, segundo a orientação do Ministro Passarinho, o Secretário disse que "poderíamos discutir implicações dos resultados destas tabelas" para "futura correção, de curto prazo". O Ministro disse ainda que temos "enorme dificuldade" e que "não há alternativa de alterar para mais". O Ministro "reconhece ainda que os salários estão muito defasados" e "não vê possibilidade de reverter a situação".

Logo após, a FASUBRA apresentou documento contendo suas propostas e a ANDES-SN reafirmou sua proposta de 09/07, insistindo sobre a questão da incorporação da Regência de Classe e 50% para DE de 1o. e 2o. graus. Também apresentaram suas propostas ANDEF e SINASEF.

O Secretário Interino, reafirmou que o MEC reconhece a situação ruim dos salários das Universidades mas que, no momento, o governo tem dificuldades, podendo haver negociações para considerar a questão específica da Universidade numa outra etapa.

Finalmente, por insistência das Entidades, foi agendada, em princípio, reunião com o MEC e SAF amanhã (19/07), às 15 horas, a ser confirmada. Nesta reunião, solicitamos com ênfase a presença também do Ministro da Educação Interino e do Secretário Nacional do Ensino Tecnológico.

## AVALIAÇÃO

Os informes contidos neste fax/telex e que retratou as ações desenvolvidas pelo CNG e pela Coordenação dos Comandos dos SPFs em greve, demonstram inequivocamente que o adiamento da remessa do PL ao Congresso por parte do Executivo não se deu em virtude de sua opção pelo atendimento de nossa exigência de negociação efetiva. Não há negociação em curso; todos os sindicatos que ontem (17/07) procuraram os Ministérios a que estão afetadas suas categorias respectivas ouviram o mesmo discurso: as tabelas e o índice divulgados não serão alterados.

O Executivo passou a apostar na possibilidade de uma aprovação de um PL gestado autoritariamente (a ser acordado com os parlamentares) e ancorado na premissa de uma política econômica neoliberal. Admite conversações, desde que tenha nelas a última palavra; ao divulgar tabelas de vencimentos, o faz como se tivessem resultado do atendimento de reivindicações. Pretende, com isso, mais uma vez utilizar-se da mídia e manipular a opinião pública.

A decisão de promover e manter o maior arrocho salarial da história do funcionalismo público é assumida pelo governo no âmbito de uma política econômica que incessantemente temos denunciado. Trata-se de "fazer caixa" para manter o pagamento da ilegítima, espúria, dívida externa. Prepara-se, o governo, para repassar aos cofres dos banqueiros US\$ 1 bilhão neste segundo semestre. A missão do FMI, já no país, deve partir convencida de que a privatização do serviço público está em curso acelerado, e que o país se manterá na posição de exportador de capitais, sempre indexados mas não os salários. Serviço e servidores públicos pagam a conta, da mesma forma que o imenso conjunto da classe trabalhadora brasileira.

Não é original tal decisão política. Na América Latina este tem sido o caminho trilhado pelos Pinochets, Fugimores, Menens e tantos outros governantes.

O CNG entende que há indícios de que a política de cooptação das bancadas majoritárias no Congresso, com vistas à aceitação do PL em elaboração pelo governo, está em curso.

Todo esforço é necessário no sentido de barrar o sucesso esta estratégia.

Ao afirmar que a avaliação e os encaminhamentos ontem definidos (fax/telex 036) continuam válidos e urgentes, o CNG considera que deve continuar a insistir em suas ações políticas que visam a remessa ao Congresso de um PL que contemple nossa pauta de reivindicações, inclusive definindo uma política salarial que reponha e preserve os valores reais de nossos salários. É fundamental, repetimos, lograr a manifestação de lideranças partidárias de parlamentares, em geral, no sentido da exigência de que sejamos contemplados.



O Executivo encontra na nossa greve, na repercussão social que ela possui, na mobilização contínua que logramos manter, obstáculos políticos a seus desígnios.

Não podemos considerar as dificuldades derivadas da intransigência governamental como intransponíveis. Nas audiências solicitadas para hoje, 18/07 (Passarinho/MEC/SAF)

exigiremos seriedade e protestaremos contra a farsesca encenação em curso. Mantemos a exigência de negociações efetivas, rejeitamos decisões que não considerem os pleitos que formulamos.

A greve continua; através dela é que manifestamos nossa decisão de prosseguir na luta. Todo empenho na denúncia da ação governamental; todo espaço na obtenção de apoio parlamentar.



#### ENCAMINHAMENTOS

1. O CNG deliberou que a partir da reabertura do Congresso nacional, as ADs-SSIND devem manter em Brasília pelo menos dois docentes, excluindo o delegado ao CNG, caso a greve se mantenha, para efetivo trabalho junto aos parlamentares visando a votação do Projeto de Lei.

2. Que os CLGs e ADs-SSIND manifestem em todos os estados contra a presença do FMI e em Defesa do Patrimônio Público.

3. Com o objetivo de promover uma ampla discussão sobre Política Salarial, o CNG/ANDES-SN encaminha para os CLGs/ADs a contribuição do CLG/ADUFU. Espera-se que outras iniciativas neste sentido sejam também socializadas.

#### FINANÇAS

Ontem, 17/07 (quarta-feira), venceu a 6a. (sexta) contribuição dos CLGs ao CNG.

Lembramos novamente que a questão financeira também é política. É ela que garantirá as condições concretas para o avanço dos movimentos.

Contato telefônico - Comissão de Finanças: Marcos (APUFSC) e Anchieta (ADUFPB-CG).

CNG/ANDES-SN  
A GREVE CONTINUA.

#### CONTATOS PARLAMENTARES

A Comissão de Articulação com os parlamentares paraibanos conversou, quarta-feira, dia 17 de julho, às 9:30h com o Senador Antonio Mariz (PMDB) e, às 15:30 horas com o Deputado Federal Francisco Evangelista (PDT), aos quais relatou as conversações que vêm ocorrendo em Brasília entre o Governo e a Coordenação dos Comandos dos SPFs.

Os participantes discutiram a importância da Universidade para a comunidade como fonte criadora e reprodutora de conhecimentos; sua identidade como instituição autônoma, e a nossa pauta emergencial de reivindicações. Os parlamentares assumiram o compromisso de enviar telegrama à sua bancada, apoiando as nossas reivindicações que consideram justas e legítimas.

Por outro lado, os parlamentares comprometeram-se em envidar esforços no sentido de pressionar o governo para adotar uma política salarial para os SPFs, a partir de agosto, objetivando resolver as distorções de carreira.

Novas audiências para esta semana já estão marcadas, com os Deputados Edvaldo Mota (18/07), Efraim Moraes (18/07) e José Luis Clerot (19/07).

#### A NEGOCIAÇÃO ENVIESADA

O adiamento, para a próxima semana, da entrega pelo Executivo do Projeto de Lei ao Congresso Nacional, se representou, na realidade, um recuo na criação de um fato consumado, autoritário, no estilo colorido - significando, sem dúvida, um ganho da força da greve - por outro lado, pela avaliação do CNG, a partir das reuniões mantidas com MEC em 17/07 (quarta-feira) - que não tinha, pelo visto nenhuma autorização, nem mesmo conhecimento, da possibilidade de novas negociações das distorções da tabela, tal como anunciado pelo Ministro da Justiça - tudo indica que a protelação pretende transformar o recuo numa tentativa do governo de ganhar tempo para conseguir o eventual acordo das lideranças do Congresso Nacional ao Projeto de Lei, tal como ele foi explicitado pelo governo ao CNG.

Qualquer que seja a real intenção do governo, que a partir do anúncio do adiamento do envio do Projeto de Lei não negociou a sua proposta com o CNG, cabe ter clareza e firmeza das perspectivas do Movimento Docente neste momento, a saber:

a) reforçar a mobilização para pressionar o governo, que ainda não acumulou forças suficientes para viabilizar sua proposta como definitiva e intransigente, para o atendimento das reivindicações dos SPFs;

b) ampliar as bases de apoio parlamentar à greve e às reivindicações, especialmente junto às lideranças do Congresso Nacional para que os políticos entendam e se solidarizem com as insatisfações com a atual proposta de Projeto de Lei do governo, manifestadas pelos docentes na continuidade da greve.

ASSEMBLÉIA GERAL, 19/07/91  
Local: Auditório do CT, às 9:00h

AGENDA DOS DOCENTES EM GREVE  
UFPB - JOÃO PESSOA - PARAÍBA  
19 de julho de 1991 - SEXTA-FEIRA

11